

DINÂMICAS TERRITORIAIS DE UM QUILOMBO NO CERRADO AMAPAENSE: EXPERIÊNCIAS VIVIDAS E PERCEBIDAS NO QUILOMBO MEL DA PEDREIRA

Liliane Rodrigues SOARES; Karoline Fernandes Siqueira CAMPOS

DINÂMICAS TERRITORIAIS DE UM QUILOMBO NO CERRADO AMAPAENSE: EXPERIÊNCIAS VIVIDAS E PERCEBIDAS NO QUILOMBO MEL DA PEDREIRA¹

Liliane Rodrigues SOARES²
Karoline Fernandes Siqueira CAMPOS³

155

Resumo

Neste estudo tem-se a preocupação em discutir os territórios e territorialidades de uma comunidade de quilombolas situada na zona rural do município de Macapá – AP. Este texto tem por objetivo relatar as vivências e experiências adquiridas em trabalho de campo no Quilombo Mel da Pedreira. Objetivando mostrar a inter-relação dos quilombolas com a paisagem do cerrado do sudeste amapaense para se compreender os aspectos relativos ao território, fronteira, identidade e territorialidade na comunidade quilombola, assim a metodologia proposta teve como base dois momentos: a observação e as entrevistas com enfoque na vivência, ou seja, nas territorialidades presentes.

Palavras-chave: Quilombo; Território; Territorialidade; Cerrado Amapaense.

Abstract

This study has the concern to discuss the territories and territorialities of a community of quilombolas located in the rural area of the municipality of Macapá - AP. The purpose of this text is to report the experiences and experiences acquired in field work in Quilombo Mel da Pedreira. The aim of this study was to show the relationship between the quilombolas and the landscape of the cerrado of southeastern Amazonas, in order to understand the aspects related to territory, frontier, identity and territoriality in the quilombola community, so the proposed methodology was based on two moments: observation and interviews with Focus on living, that is, on the present territorialities.

Keywords: Quilombo; Territory, Territoriality; Cerrado Amapaense.

1. INTRODUÇÃO

A discussão proposta neste texto é sobre a compreensão da realidade de um território quilombo no Estado do Amapá, onde o espaço vivido repercute no modo de vida construído e reconstruído e que mesmo com os problemas enfrentados no território, a comunidade resiste e (re) existe ao tempo e ao labor diário da terra, mantendo a história do povo viva e reproduzida na dinâmica territorial.

¹ Este artigo é um desdobramento da Disciplina Fronteiras - As cidades, o rural e as populações tradicionais, realizada em 2016, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFG.

² Geógrafa – UFPA. Mestre em Desenvolvimento Regional - UNIFAP. Doutoranda em Geografia – UFG/IESA. Professora na Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. E-mail: lilianesoares@unifap.br

³ Graduação em Secretariado Executivo – UNIFAP. Mestre em Desenvolvimento Regional – UNIFAP. Doutoranda em Geografia - UFG/IESA. Professor no Instituto Federal do Amapá - IFAP. E-mail: karoline.siqueira@ifap.edu.br

O artigo foi produzido como um reflexo das discussões orientadas e das exposições de autores e teorias basilares sobre as temáticas, território, geografia agrária, espaço e concepções de identidade nas aulas da disciplina Fronteiras - As cidades, o rural e as populações tradicionais – no doutorado em andamento, aprofundado no trabalho de campo, onde foi possível uma melhor compreensão da realidade

Procurou-se fazer uma contextualização da abordagem do território em comunidades quilombolas no espaço rural, com o enfoque nas concepções dos aspectos culturais, sociais, econômicos, estruturais, familiares, de conflitos, das fronteiras, da construção originária da identidade dos povos que os envolve nas relações cotidianas de re(existências).

Os grupos de quilombos, considerados comunidades tradicionais, são oriundos da grande diversidade de processo migratórios para a ocupação terras rurais e geralmente isoladas, trazendo suas heranças históricas e culturais para a formação dos espaços sociais, compartilhando o sentimento de pertença do território e a forma de expressão de suas identidades éticas, lutando para serem atores de sua própria história, sem conflitos por terra e poder, com as limitações fronteiriças definidas e respeitadas, buscando perpetuar suas descendências afrodescendentes em uma readequação com os novos cultos e ritos, introduzidos pelas relações com outras comunidades ou com o espaço urbano.

O conceito de território é aqui tratado como um conceito fundamental, baseado em Souza (1995; 2009) para o entendimento dos quilombos no Amapá. O que define o território a princípio é o poder, apontado pela dimensão política, e ainda contempla outras dimensões como a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades), a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens).

Segundo o referido autor:

Todavia, dependendo da circunstância e do ângulo a partir do qual se olha, uma dimensão particular pode aparecer como imediatamente mais visível ou mesmo relevante, ainda que, mediamente, todas as dimensões das relações sociais sejam importantes e devam ser levadas em conta na análise. (SOUZA, 2009, p. 60)

Concorda-se com o autor na compreensão de que o território, embora sendo uma das manifestações do espaço social e da espacialidade, nem por isso é uma coisa material. Contudo, o aspecto material, a materialidade, o substrato é importante pois o território como projeção espacial de relações de poder, não pode ser compreendido sem que o aspecto material do espaço social seja considerado de forma devida.

Ainda na perspectiva de interpretação dos processos territoriais apoia-se na concepção de Saquet (2011, 2013) que defende a opção pelo método dialético, como possibilidade eficaz para a compreensão do território como movimento histórico e relacional, com transformações, mudanças e continuidades, interações, saltos e superações.

O conceito de quilombo aqui trabalhado apoia-se naquele tratado por Almeida (2010) que afirma que o quilombo é uma comunidade e, como tal, passa a ser uma unidade viva, um *locus* de produção material e simbólica. Institui-se como um sistema político, econômico, de parentesco e religioso que margeia ou pode ser alternativo à sociedade abrangente. Nesse sentido, devem ser considerados em suas especificidades, pois não há uma unicidade entre os quilombos, cada um possui suas características próprias. Importante buscar um conceito que represente o que ele é no presente, não como algo residual, remanescente ou que sobrou do passado.

De acordo com a Fundação Cultural Palmares até o ano de 2016 foram certificadas 40 comunidades quilombolas no estado do Amapá, nesse contexto, 32 com processo em tramitação para titulação definitiva de suas terras, 5 em fase de elaboração do relatório técnico de identificação e delimitação, e somente 3 já tituladas.

O Quilombo Mel, objeto deste texto, é uma das três comunidades já tituladas, o que ocorreu no ano de 2007. Está localizado no município de Macapá-AP, a uma distância de 50 km da zona urbana. O Município limita-se ao norte com Ferreira Gomes, Cutias e Itaubal, ao sul com o município de Santana, a oeste com o município de Porto Grande e encontra-se à margem esquerda do Rio Amazonas, sendo cortado pela linha do Equador. A comunidade do Mel pertence à zona rural e seu acesso é feito pela BR 156, seguida por um ramal constituído de piçarra, que tem início aproximadamente no km 25 da BR 156 ou o acesso pode ser realizado por canoa a partir da comunidade de São Pedro dos Bois.

O acesso à comunidade pelo ramal, possui um leve declive, ligando à rodovia em direção à planície alagada. Na entrada do ramal, que dá acesso à comunidade, tem uma placa de identificação, que comprova que o Quilombo Mel da Pedreira, tem processo de reconhecimento sob numeração 54350.000344/2005-91, o segundo a receber sua titulação no Estado do Amapá. No relato dos próprios moradores verifica-se que se orgulham desta conquista e a explicação da regularização se deu participação efetiva dos moradores nos diálogos com o Legislativo e com os órgãos de legalização territorial – INCRA, RURAP - para a definição dos limites territoriais, demarcando fronteiras e criando legalidade a posse coletiva e o uso comum.

No estudo do Quilombo também se faz referência ao lugar como conceito espacial de análise enquanto construção socioespacial, no qual se edificam as relações entre os indivíduos e a base territorial que ocupam. O lugar é marcado pela experiência e percepção. Para Buttimer (1982) o lugar é utilizado como palco para diálogo estabelecido entre o homem e seu meio, através da percepção, do pensamento, dos símbolos e da ação. Para Tuan (1983), o lugar é marcado pela percepção, experiência e valores. E que este guarda e são núcleos de valor, por isso eles podem ser totalmente apreendidos através de uma experiência total englobando relações íntimas, próprias (insider) e relações externas (outsider).

Conforme Tuan (1983) ao distinguir espaço e lugar, afirma que enquanto o espaço pode transformar-se em lugar, na medida em que se atribui a ele valor e significação; o lugar não pode ser compreendido sem ser ‘experienciado’. Nesse sentido, torna-se relevante para a compreensão dos territórios de quilombo a reconstituição dos elementos internos e interferências externas para a construção do lugar. Entender o lugar como espaço vivido e como tal, também resultante de um processo construção socioespacial.

Para o estudo do mundo vivido - conceito importado da fenomenologia para a Geografia Humanista – que se refere o mundo da vida e da experiência cotidiana, faz-se a opção pela essência das coisas por meio da compreensão que esteja voltada para a intencionalidade da consciência. O lugar, produto da experiência pessoal vivida, permeado de dimensões simbólicas, culturais, políticas e sociais, só adquire uma identidade e significado através das intenções humanas atribuídas a ele. A Geografia Humanística relaciona o lugar à identidade e ao sentimento de pertencimento, do mesmo modo, a abordagem geográfica contemporânea também enfoca a identidade como uma das características do lugar.

Há diferentes perspectivas de compreensão dos conceitos de território e territorialidade. A abordagem aqui adotada sobre o território dá ênfase as dinâmicas políticas e culturais, simbólico e identitárias. A territorialidade que foi proposta a ser investigada foi facilmente detectada na comunidade em inúmeros aspectos. A comunidade historicamente possui uma trajetória de luta e resistência na terra em que vive. Por se tratar de uma área próxima à cidade e atualmente identificada como prioritária para o desenvolvimento do agronegócio, há uma tendência ao acirramento dos conflitos com as propriedades limítrofes a comunidade. Entretanto, o fato da terra ser devidamente reconhecida, demarcada e homologada traz relativa segurança à comunidade.

Na fase de campo, pode-se observar a realidade de um quilombo amapaense, com as limitações, oportunidades e perspectivas onde os moradores sobrevivem na e da terra, resistindo e persistindo as adversidades, mantendo suas raízes históricas e se adequando ao novo que é imposto ou que é escolhido pela maioria da comunidade por meio das decisões coletivas.

A pesquisa de campo foi dividida em metodologias de observação, entrevistas dirigidas, aplicação de questionários, elaboração do Diagrama de Venn,- que demonstra o grau de aproximação das instituições públicas com a comunidade - e o Mapa Falado - a fim de mapear a comunidade a partir da percepção de integrantes da mesma, tendo como resultado um aprendizado interessante e rico em detalhes da história e das relações de identidade, com a construção e reconstrução do território, os arranjos e dinâmicas sociais, econômicas, culturais.

2. RESULTADOS

A identidade tem relação direta com a territorialidade e está marcadamente presente na comunidade. Um dos fatos que torna evidente isso é a ideia de família, associada à comunidade como um todo. O fato da família ser a origem da comunidade reflete em uma territorialidade bem delimitada como o espaço de pertencimento da família e de seus laços com a terra de origem. O encontro anual da família e o laço constante com a terra também fortalece a territorialidade da comunidade e contribui para alimentar a ideia de identidade e pertencimento presente na fala dos entrevistados.

Para Del Rio (1998), as relações que se estabelecem no seio dos diferentes grupos que se inter-relacionam no espaço e tempo, sendo são fundamentais para compreender a construção e a desconstrução de fronteiras, corroborado por Bhabha (2003), que trata do espaço e tempo na produção de figuras complexas de diferenças e de identidades, coexistem passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão.

A economia da comunidade é um fator que corrobora para a construção da territorialidade da comunidade, pelo fato de estar presente na terra a principal fonte de renda da maior parte dos membros da comunidade, na qual destaca-se a agricultura. Associado a isto, o trabalho comunitário, como no caso da fabricação de farinha, e as terras comuns, reforça a territorialidade da comunidade associada a identidade quilombola.

No percurso de entrada do quilombo até a vila de casas mais antigas há no trajeto plantações de macaxeira, milho e algumas árvores frutíferas. Há ainda criações de galinha, abelha e peixes.

Foram observadas também construções, como casas, escola, igrejas, pequenos comércios e um conjunto habitacional ainda não ocupado.

O primeiro momento do trabalho de campo foi marcado pela riqueza de informações prestadas por um dos moradores mais antigos da comunidade, narrando toda a trajetória de formação do território e as delimitações de fronteiras físicas, contando com orgulho a descendência de sua família. Na qual sua linha genealógica paterna tem heranças dos negros vindos no navio negreiro da África e dos ancestrais maternos dos laços com Paris, gerando uma miscigenação racial e cultural, com irmãos negros, pardos e brancos, onde todos foram educados nas raízes afrodescendentes, tendo uma vida tradicional com fortes ligações ao rio e a terra, explorando os produtos da floresta como o mel, a agricultura, a produção de farinha, possibilitando a organização espacial e as delimitações fronteiriças.

A partir da entrevista com o morador da comunidade, Manoel Alexandre, foi possível entender alguns aspectos fundamentais da comunidade, destacados a seguir: o primeiro é que a comunidade teria se formado a partir da vinda dos primeiros moradores em busca do mel encontrado em colmeias nos ocos das árvores. A área ficou conhecida inicialmente como “ressaca do mel” por se tratar de uma área alagada. Atualmente a comunidade está com projeto de criação de abelha indígena sem ferrão, mas ainda preserva alguns pontos remanescentes de abelha nativa. Há também o projeto para realizar a atividade fruticultora consorciada com a criação de abelhas, a partir da florada.

Grande parte das terras que hoje são da comunidade eram de domínio particular e teriam sido invadidas por posseiros. Com a recuperação dos lotes pelo INCRA e com a demarcação da comunidade a terra voltou para a posse dos antigos moradores. A demarcação teria sido feita a partir das áreas que se fazia costumeiramente o uso para a caça, pesca, criações e agricultura da comunidade. A área possui terras de uso comum e terras de uso individual das famílias para criações e plantio. Há uma área considerada como histórica, por ser a área de ocupação inicial da comunidade, que se localiza junto ao lago, que é o local da vila de casas mais antigas.

Como dito anteriormente, a comunidade se originou de um casal, cuja mãe era descendente de escravos e o pai descendente de negros da França (Paris), seus filhos, netos e bisnetos, somam 8 filhos, 85 netos e 256 bisnetos. A comunidade atualmente tem aproximadamente 100 moradores, entretanto a família é grande e muitos residem em Macapá devido ao acesso à serviços, principalmente de educação, no total imagina-se que a família possa ter entre 400 a 600 pessoas,

mesmo aqueles que não residem na comunidade mantêm laços e visitam a comunidade periodicamente.

O segundo momento do trabalho de campo foi marcado pelas entrevistas dirigidas, evidenciando a comunidade desde a primeira ocupação, no uso do território, apenas dentro dos limites estabelecidos no Título definitivo de suas terras, e dentro da orientação dada pelo Programa Nacional Quilombola. Além das fronteiras naturais, com cercas abertas e sem muros, são respeitadas por todos os moradores, tendo inclusive áreas exclusivas para as moradias tanto da antiga, quanto da nova vila, construída como parte do Programa Minha Casa, Minha Vida do Governo Federal, há os espaços para agricultura, para a plantação, a produção de mel, para os eventos culturais e religiosos, para a piscicultura e para o beneficiamento da macaxeira. No qual destaca-se a casa de farinha de uso comunitário, com uso por intermédio do agendamento controlado e gerido pelo filho do pastor, como é conhecido. Assim, todos os moradores podem utilizar o maquinário deste espaço de uso comum.

A casa de farinha construída na comunidade serve a todos e é utilizada de forma comunitária. No local as tarefas são distribuídas e há uma divisão por sexo e faixa etária. As crianças participam junto com os idosos do processo de descasque da mandioca. As mulheres se encarregam de lavar a mandioca. Um homem rala e prensa a massa da mandioca. Uma mulher peneira a massa e leva ao tacho, onde os homens se encarregam da torra da farinha. Todas estas etapas foram observadas brevemente durante a pesquisa de campo.

A fabricação da farinha é feita a partir da mandioca produzida na comunidade. Cada família tem sua própria produção de mandioca e os membros da comunidade ajudam na produção da farinha, que ao final é comercializada pela família que produziu a mandioca. A casa de farinha é um local de muito trabalho e dedicação, com cuidados com higiene e qualidade da farinha. Por ser de uso comunitário, a casa de farinha está em constante uso e possui agenda, devido grande demanda, funcionando, às vezes, até durante a noite.

O conjunto habitacional que foi construído dentro da comunidade está pronto a cerca de dois anos, mas as casas ainda não foram entregues pois falta a ligação de água, esgoto e energia elétrica, que deveria ter sido feito pelo Governo do Estado do Amapá. O modelo das casas e sua distribuição não é satisfatório, entretanto, foi o que foi possível ser acordado entre os moradores e o Estado. Quanto a área total do quilombo, os moradores consideram satisfatório o tamanho da área da comunidade que foi demarcado pelo Estado para sua sobrevivência.

A alimentação dos membros da comunidade tem como base o peixe, a caça e a farinha. A comunidade se reconhece como quilombola. Antes da demarcação a comunidade sofria com dificuldades de acesso à políticas públicas devido ao baixo número de moradores, pois tratava-se de somente uma das tantas comunidades rurais esquecidas pelo poder público, e com a titulação do território quilombola, pode ter a visibilidade necessária para participar dos projetos direcionados aos quilombos.

Na observação das proximidades foi possível verificar a produção de soja em terreno vizinho à comunidade, sendo separados pela rodovia. Mas que para os moradores ainda é um enigma a agricultura capitalista monocultora, e entendem como um possível perigo a seus cultivos, devido ao uso intensivo de agrotóxicos, entretanto, há uma relativa segurança para a comunidade devido ao sentido do vento que não carrega o veneno em direção a esta comunidade o que não exime o risco as demais comunidades no entorno do quilombo e das terras agricultáveis da soja em fase de instalação no cerrado.

Algo que chamou atenção é a religião seguida pela comunidade. Em 1968 grande parte da comunidade passou a seguir o protestantismo cristão com a chegada da igreja evangélica Presbiteriana, sendo atualmente cerca de 85% dos moradores da comunidade seguidores desta religião. Por outro lado, no aspecto da religiosidade é encarada como barreira pelos membros da comunidade, pois pelo fato de serem evangélicos encontraram dificuldade para associação a União Negra do Amapá (UNA), necessitando procurar maneiras de se adaptarem as regras, e uma delas foi a incorporação de instrumentos do Marabaixo aos cultos que realizam. A comunidade realiza todo ano no 1º domingo de agosto um encontro da família em que há música, diversão e religião, em que cada um traz um prato de comida, marcadamente realiza apenas atividades voltadas para a religiosidade que seguem.

No terceiro momento, observou-se com a elaboração do Mapa Falado e com o Diagrama de Venn, como as pessoas que habitam o lugar, transformam, usam e reconfiguram o território, possuindo saberes sobre os produtos da floresta, as regras de convivência estabelecidas sob a orientação religiosa e cultural, o respeito as hierarquias e interesses coletivos, e pautam-se sempre na mensagem do evangelho, na movimentação da economia local e no sustento dos moradores, registros sobre a percepção da dinâmica do lugar.

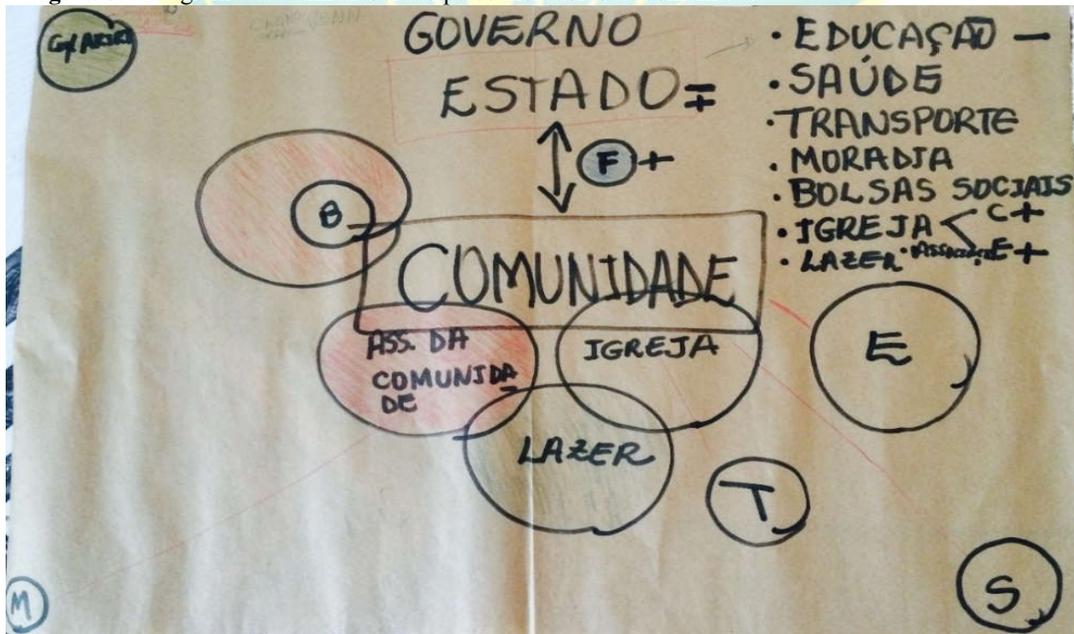
Figura 01: Mapa falado elaborado pelos moradores da comunidade



Fonte: Pesquisa de campo, 2016

Com a execução do mapa falado (ver figura 01) foi possível mapear a representação visual que os membros da comunidade têm acerca do seu espaço vivido, destacando como elementos naturais e culturais estão distribuídos na área pertencente ao quilombo. Possibilitando uma percepção sobre os elementos dispostos no espaço.

Figura 02: Diagrama de Venn elaborado pelos moradores da comunidade



Fonte: Pesquisa de campo, 2016

Para a elaboração do diagrama de Venn junto aos moradores (ver figura 02) foi perguntado sobre os órgãos e instituições perto da comunidade, isto é, até que ponto se sentem atendidos pela presença e atuação de tais instituições nas necessidades da comunidade. A proximidade, relacionamento e a visão sobre os órgãos públicos que se fazem presentes (SEPPPIR, FUNAI, SEMA, INCRA, CONAB, etc.). Desse modo, foi observado que há um distanciamento dos órgãos da saúde, transporte, educação, e políticas para a finalização das moradias construídas para então passarem a ocupá-las. Somente recebimento de bolsas sociais, constância da atuação da associação da comunidade, da igreja e atividades de lazer aparentemente mostram-se mais próximos do dia-a-dia do quilombo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o propósito de se analisar o quilombo no contexto das novas fronteiras do cerrado amapaense, buscaram-se informações junto aos moradores na tentativa de compreender os conflitos fundiários que atingiram ou atingem o quilombo e foi evidenciado que no período da organização territorial, houve grande interesse dos posseiros circunvizinhos que se apropriaram mas com muita luta dos moradores, as terras foram reavidas; outro conflito explicitado pelos entrevistados foi a existência de alguns moradores que arrendarem suas terras para outros empreendedores da região, impossibilitando a geração de renda e melhoria da economia local, mas tais práticas foram debatidas na associação do quilombo e vem diminuindo nos últimos tempos.

O conflito mais atual relatado, é com os moradores da comunidade do Ariri, que não estão insatisfeitos com a delimitação de terras realizado no contrato do Programa Brasil Quilombola, e se declaram ter perdido parte de suas terras para a área que foi regularizada ao quilombo Mel da Pedreira.

Mesmo com essas problemáticas apresentadas, os moradores dizem estar satisfeitos atualmente com as fronteiras impostas no seu território. E que o recente cultivo da soja e seus empreendedores em área próxima, representantes das novas fronteiras do cerrado amapaense, ainda não interferem na produção do mel, devido a posição geográfica do vento que não permite a ida das abelhas até a plantação da soja.

O trabalho de campo no quilombo nos permite discutir a fronteira e as identidades e alteridades das novas dinâmicas sociais e a persistência na construção da identidade que os

quilombolas apresentam ao evocar uma luta histórica pela terra e pelo território que na atualidade acena uma conotação política e identitária.

Para Almeida (2005) a alteridade não é apenas o reconhecimento do outro, mas tudo que é exterior ao EU; relações de comparação, identificação, criação de opiniões, adoção de traços entre o EU e o OUTRO. Com as entrevistas foi possível perceber que as noções de território de fronteira e territorialidades estão visíveis na apropriação territorial do lugar, sempre relacionado aos limites espaciais e de território identitário.

Para essa discussão, o conceito de fronteira, aquele abordado por Martins (1997) no qual: “a fronteira é a primeira vista, lugar de encontro dos que por diferentes motivos se encontram” ou “Lugar motivo de reflexão” se faz pertinente, porque sinaliza as transformações que os territórios rurais têm apresentado diante do avanço da monocultura capitalista, desenhando o encontro de temporalidades históricas diferenciadas ao uso do território de cerrado no Amapá.

Quanto aos aspectos culturais e de identidade, observa-se que a dinâmica territorial interferiu e ainda interfere no contato direto com a natureza, na relação com o lugar, no modo de vida principalmente, pois novas relações estabelecidas foram reestabelecidas com a influência religiosa da zona urbana, alterando as práticas afrodescendentes do canto, das vestimentas e da dança do Marabaixo, onde os ritos e as festas foram substituídos pelos cultos.

No relato do morador mais antigo, por tratar-se de uma comunidade quilombola protestante, com duas orientações: a presbiteriana e a igreja Assembleia de Deus, observa-se e infere-se que as famílias ao optarem por uma ideologia religiosa, fazem parte de grupos dentro do quilombo e nesta nova constituição, algumas funções como a gestão da casa da farinha e das lideranças da comunidade, tem relações diretas com as hierárquicas da religiosidade, tendo sempre como representantes as figuras mais importantes da igreja, dessa forma as fronteiras invisíveis são construídas e segregam os moradores em diversos grupos com identidades distintas, o que demonstra configurar-se como territorialidades distintas.

A prática de investigação no campo, norteadas pela observação, descrição e análise, possibilitou compreender a produção do espaço na comunidade tradicional do Quilombo do Mel da Pedreira, identificando as múltiplas relações que constroem o território, as paisagens, as fronteiras e identidade tendo como referência desta interpretação, os sujeitos participantes da comunidade, refletindo sobre os aspectos e as concepções e interferências no uso do seu território. Embora os quilombolas afirmem que a identidade é a mesma, eles se moldaram a nova identidade e

(re)existem, buscando alternativas capazes de adaptar seus novos modos de vidas como os cantos do Marabaixo aos hinos da igreja, mas ainda não foram capazes de resguardar todas as tradições, a exemplo da dança que ainda é proibida pela orientação religiosa que seguem.

As reinvenções de identidades nítidas nas falas, depoimentos e ações, nos mostraram que mesmo nessa reorganização espacial, com as influências e conflitos nas fronteiras; os moradores mais antigos e que tem nas linhas sucessórias de gerações, uma posição de destaque, fomentam a manutenção e a preservação das origens e raízes, readequando algumas tradições culturais manifestadas em suas festas, nas relações entre as famílias, nas teias constituídas com agentes sociais, institucionais e econômicos, defendendo com todas as forças o orgulho e a importância em ser quilombola no território em questão.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. G. de. Dilemas territoriais e identitários em sítios patrimonializados: os Kalunga de Goiás. In: **Cerrados: perspectivas e olhares** / Márcia Pelá, Denis Castilho (orgs.). – Goiânia: Editora Vieira, 2010.

ALMEIDA, M. G. Fronteiras, Territórios e Territorialidades. **Revista ANPEGE**, 2005.

BHABHA, H. **O local da Cultura**. UFMG: Belo Horizonte, 1998.

BUTTNER, Anna. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLLETTI, Antônio. **Perspectiva da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

DEL RIO, J. M. V. **Fronteras, Territorios e identificaciones colectivas**. Fundación Blas Infante: Sevilla, 1998.

SAQUET, Marcos A. Estudos territoriais: os conceitos de território e territorialidade como orientações para uma pesquisa científica. In: FRAGA, N.C. (org.) **Territórios e fronteiras – re(arranjos e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2011.

_____. **A. Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOUZA, Marcelo José L. de. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A; SPÓSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

*DINÂMICAS TERRITORIAIS DE UM QUILOMBO NO CERRADO AMAPAENSE:
EXPERIÊNCIAS VIVIDAS E PERCEBIDAS NO QUILOMBO MEL DA PEDREIRA*

Liliane Rodrigues SOARES; Karoline Fernandes Siqueira CAMPOS

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E de.; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. pp. 77-116.

TUAN, Yi Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

